



## IV Reunião Coordenação Nacional

Relatório Síntese

22 a 24 de abril de 2005

\*

Relatoria: Deuzani cândido Noletto

### Sumário

A.Reunião de Assessorias.....	2
A.1.Sugestão.....	2
A.2.Encaminhamentos:.....	2
B.Reunião dos Empreendimentos.....	3
B.1.FBES: Sustentabilidade, Organicidade e Interlocução com a Senaes.....	3
B.2.Estrutura.....	3
B.3.Mapeamento/verbas/DRT`s.....	3
B.4.Agenda 2005:.....	3
C.Informes da Comissão de Acompanhamento e Secretaria Executiva.....	4
C.1.Reunião com a Senaes.....	4
C.2.Apresentação do Fábio (SENAES).....	4
D.Conselho Nacional:.....	6
D.1.Composição:.....	6
E.Questão indígena em Roraima.....	7
F.GT de produção, comercialização e consumo.....	7
F.1.Informes FBES.....	7
F.2.Informes Senaes.....	8
F.3.Feira de Santa Maria.....	8
F.4.Feira do MDA.....	8
F.5.Bandeiras do Brasil.....	8
F.6.Calendário de Feiras.....	8
F.7.Próxima reunião.....	8
G.GT de Comunicação.....	9
G.1.Campanha Nacional.....	9
H.GT Relações Internacionais.....	9
H.1.Informes.....	9
H.2.Encaminhamentos.....	9
I.GT Mapeamento.....	10
I.1.Informes.....	10
J.Marco Jurídico.....	11
J.1.Informes.....	11
J.2.Encaminhamentos.....	11
J.3.Questão do ante-projeto de lei de regulamentação das cooperativas de trabalho.....	12

K. Centro de documentação.....	12
K.1. Informes.....	12
K.2. Encaminhamento.....	12
L. Comissão de formação.....	12
M. Políticas Públicas.....	12
M.1. Informes Senaes.....	12
M.2. Encaminhamentos.....	12
N. Regimento Interno.....	13
O. Representação do Tocantins.....	13
P. Representação do RJ.....	13
Q. Fórum Social Mundial 2005.....	13
R. Orçamento do FBES.....	13
R.1. Orçamento do FBES.....	13
R.2. Gestão dos recursos.....	14
R.3. Entidade contratante da Secretaria Executiva do FBES.....	14
R.4. Encontros Regionais.....	14
S. GT's.....	14
T. Finanças Solidárias.....	15
T.1. Informes.....	15
T.2. Encaminhamentos:.....	16

## *A. Reunião de Assessorias*

---

No dia 21 de abril aconteceu a reunião das entidades e organizações de assessoria e fomento que fazem parte da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Relatamos abaixo uma síntese desta reunião.

### **A.1. Sugestão**

Que haja espaço nos futuros encontros para as conversas separadas dos segmentos.

### **A.2. Encaminhamentos:**

- Construir um processo nos estados para a reunião das assessorias;
- Resgatar documentos da III plenária;
- Aplicação do questionário do diagnóstico das assessorias e a sistematização;
- Mapeamento propositivo dentro do governo federal das ações de ES;
- Criar um estatuto da ES;
- Definição de uma data para o Encontro: agosto/2005;

## *B. Reunião dos Empreendimentos*

---

No dia 21 de abril também aconteceu uma reunião com os representantes estaduais dos empreendimentos que fazem parte da Coordenação nacional do fórum Brasileiro de Economia solidária. Relatamos abaixo uma síntese desta reunião.

## **B.1. FBES: Sustentabilidade, Organicidade e Interlocução com a Senaes**

- **Carta do FBES sobre 370 milhões.** Nós estamos fazendo distribuição de renda. Base seja a carta do Lula. Nesta carta solicitar esta verba para:
  - Fortalecimento/ articulação FBES;
  - Fortalecimento empreendimentos/cadeias/articulação;
  - Feiras: Centros públicos, centrais de comercialização, divulgação. (proposta para coordenação nacional);
- Documento que registre as questões dos empreendimentos;

## **B.2. Estrutura**

### **B.2.1. Manter:**

- Secretaria executiva;
- Reuniões Nacionais;

### **B.2.2. Estados:**

- Precisa receber apoio para articulação dos fóruns estaduais;
- Ter local de referencia e pessoas liberadas para articulação mais do que computadores que podem ser arrumados emprestados;
- Momentos de formação;
- Que seja respeitado a forma de organização dos empreendimentos.

### **B.2.3. Comissão de empreendimentos:**

- Comissão ajudar a coordenar os encontros regionais;
- Comissão participa dos encontros regionais;
- Levantar encontros por segmentos/ fortalecer cadeias

### **B.2.4. Nomes da comissão dos empreendimentos:**

- Sul – Nelsa (RS)
- Sudeste – Oscarina (SP), Ary (RJ)
- Norte: Joana (PA)
- Nordeste: Lenivaldo (PE), Sandra (CE)
- Centro oeste – Tiana (MS), a definir (DF)

## **B.3. Mapeamento/verbas/DRT`s**

- Solicitar verba e agilidade da Senaes e GT de mapeamento;
- Transparência – discussão política com EGE;
- Senaes e FEES acompanhar e ajudar a discussão onde tem problemas;

## **B.4. Agenda 2005:**

- Conferencias: estaduais (até 15 de dezembro) e nacional (em 2006);
  - Conselho Nacional – definir os membros;
  - Encontros regionais: comissão, caráter e datas
- Feiras – Será tirado calendário na reunião da coordenação nacional
  - Feira de Santa Maria – 9 e 10 e julho;
  - MDA – talvez 15 de dezembro – em Brasília;

## *C. Informes da Comissão de Acompanhamento e Secretaria Executiva*

---

### **C.1. Reunião com a Senaes**

#### **Tema: orçamento**

A Senaes havia solicitado um orçamento para o FBES. O planejamento foi feito baseado em todas as atividades (reuniões da coordenação, passagens, encontros regionais, etc). Senaes viu dentro do PPA como distribuir dentro das rubricas. Calculo do FBES acima de 2 milhões. Proposta da Senaes é possível conveniar com o FBES para que ele possa administrar os recursos para atividades do FBES. A secretaria executiva e comissão se reuniu novamente para avaliar, vimos que a questão é mais complexa que imaginamos. Se conveniar é considerado gasto, senão não é gasto e pode ficar difícil acessar depois. Precisamos ver como buscar os recursos fora da Senaes, de outros ministérios por exemplo.

### **C.2. Apresentação do Fábio (SENAES)**

#### **C.2.1. Ações finalísticas**

- Centros públicos;
- Espaços de comercialização, feiras, programas de feiras, feiras nacionais, centros de comercialização, todas políticas vinculadas a comercialização;
- Empresas recuperadas em auto gestão, incluída ação específica no planejamento, ação em torno do Plantag, dialogando com o BNDES e experiências de empresas recuperadas;
- Políticas de desenvolvimento local, formação de agentes de Economia Solidária, dialogando com outras políticas do governo federal; territorial, fomentando ações de Economia Solidária e articulação entre eles, agentes que trabalharão nestes territórios;
- Projetos especiais, espaço para projetos que apontem novas prioridades, espaço de experimentação, projetos que não encaixam nas outras prioridades, espaço para novidades.

#### **C.2.2. Ações transversais**

- Formação em Economia Solidária, oficina de formação junto com o FBES;
- Campanha nacional de divulgação;
- Estudos específicos necessários, marco jurídico, mapeamento;
- Mobilização e articulação da Economia Solidária, fóruns, articulação dos empreendimentos e assessorias em torno das ações finalísticas

#### **C.2.3. Ações estruturantes:**

- Finanças solidárias e credito, ano internacional do micro-credito;
- Marco jurídico da Economia Solidária; GT ainda reuniu porque está sendo finalizado levantamento de legislação que cruze com a Economia Solidária;
- Cooperativas de trabalho, ministério Trabalho vai fazer proposição de um projeto de lei para regular Cooperativas de trabalho, projeto encaminhado para Casa Civil, envolve conflitos com cooperativismo oficial que também tem espaço com o governo federal. Idéia de passar por uma consulta publica, constituída equipe técnica, formada por Ministério de trabalho, agricultura, eles propuseram OCB, nós FBES, esta semana reuni em torno do tema;
- Conselho nacional da Economia Solidária;
- Mapeamento e sistema de informação de Economia Solidária, teve oficina com gestores estaduais.

#### **C.2.4. Critérios para apoio a projetos:**

- Seja de Economia Solidária, autogestão;
- Fortaleçam e promovam auto gestão dos trabalhadores;
- Promovam a articulação dos atores em Economia Solidária;
- Fortaleçam as iniciativas de Economia Solidária;
- Integrem outras políticas e ações do governo;
- Visibilidade com a Economia Solidária
- Dialoguem com a plataforma da Economia Solidária;
- Entidade de reconhecida atuação em Economia Solidária; mapeamento vai auxiliar;
- Carência da região onde o projeto vai estar, combate a pobreza;

Estamos tentando articular mais a Economia Solidária no governo federal, conversa com o MDS, articulando ações com programas da secretaria, abrir canais de diálogo do FBES com os ministérios, tem casos mais aprofundados por causa de algumas entidades do fórum, mas ampliar para o FBES.

Compromisso de distribuir pela internet os apontamentos deste acúmulos construídos.

Indicativos que o FBES tirou:

- 1) consolidar o FBES: planos estaduais, alguns estados fóruns estão funcionando e outros esta decrescendo; reunião das instancias(coordenação nacional, COIN e Secretaria executiva); funcionamento dos GT`s ; encontros regionais
- 2) Conselho Nacional da Senaes;
- 3) Programa nacional da ES – Pronaes
- 4) Plano de ação: encontros regionais, feiras, encontros regionais, campanha nacional, dia da Economia Solidária;

Orçamento nacional elaborado pela Secretaria Executiva – mais ou menos dois milhões e meio: passagens, alimentação, estadia, material didático, etc. possível via Senaes – mais ou menos 521 mil, o restante procurar outras fontes (MDA, MDS, FBB)

Detalhamento do que está incluído no orçamento de 521 mil:

- 2 reuniões da coordenação (R\$ 220.000,00);
- 2 reuniões do Conselho Interlocutor (R\$ 94.080,00);
- Projeto de continuidade da Secretaria Executiva (R\$ 88.600,00);
- Encontros regionais(R\$ 112.080,00 mais ou menos R\$ 16.140,00 por região, para diárias e deslocamentos das pessoas);

#### **C.2.5. Respostas Senaes:**

- GT`s e Feiras não estão dentro dos 521 mil disponibilizados;
- O que a Senaes não tem como bancar se compromete a ajudar a buscar recursos;
- Dificuldades de operacionalização com a FBB, tem umas que é devido a questões legais, outras é de forma de operacionalizar da FBB, vamos minimizar.
- Em um mês queremos dar resposta a entidades que apresentem um projeto;
- Vamos levar à Senaes as necessidades de articulações para ajudar as ações dos municípios;
- Orçamento das comunicações está sendo construindo com o próprio GT;

DECISÃO: Para o orçamento de 521 mil que a Senaes reservou para consolidação do FBES, contratar já este dinheiro para que o FBES faça sua gestão, é mais ágil e mais autônomo.

## **D. Conselho Nacional:**

### **D.1. Composição:**

A composição do CNES será paritária:

### **D.1.1. Governo**

19 membros do governo:

- Ministério do Trabalho e Emprego
- SENAES
- MDA
- Min. Cidades
- MMA
- Min. Agricultura
- MDS
- Min. Fazenda
- Previdência Social
- Minas e Energia
- Min. Cultura
- Secretaria. Geral da Presidência
- Secretaria. Especial de Aquicultura e Pesca
- Secretaria. de Promoção da Igualdade Racial
- Secretaria. Especial de Política das Mulheres
- BNDES
- ADA
- Fórum de Secretarias Estaduais do Trabalho
- Rede de Gestores

### **D.1.2. Empreendimentos:**

Serão 19 empreendimentos, distribuídos regionalmente:

- Centro oeste: 3 {Domingos (DF), Nicolau (MT), Sebastiana (MS)}
- Norte: 5 {Dalvani (RO), Joana(PA), Messias (AC), João (AM), Dorama (AP)}
- Nordeste: 5 {Maria dos remédios (PI), Ana Lícia (RN), Manoel Rodrigues (MA), Sandra Magalhães(CE), Lenivaldo (PE)}
- Sudeste: 3 {Ary (RJ), Oscarina (SP) e Paulo (MG)}
- Sul: 3 {José de Abreu (PR), Sílvio (SC), Adiles (RS)}

### **D.1.3. Entidades da sociedade civil:**

19 entidades (incluindo assessorias e entidades de movimentos e de representação de empreendimentos):

- ASA
- UNISOL
- UNICAFS/CONTAG
- SEBRAE
- GTA
- CONIC
- CONCRAB/MST
- Rede Cerrado
- CUT/ADS
- Rede Mulheres e Economia
- Movimentos Nacional de Direitos Humanos
- UNITRABALHO
- ANTEAG
- Movimento Nacional de Reciclagem
- Mov. Nacional Quilombolas
- Rede de ITCPS
- Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária
- Caritas Brasileira
- Fórum de Comercio Ético e Solidario

### **D.1.4. Encaminhamento para acompanhar a implantação do CNES e preparar a conferência nacional**

- Foi criada uma Comissão Conselho Nacional de ES, com a seguinte composição:
  - Dalvani (RO)
  - Domingos (DF)
  - Ademar (Caritas Brasileira)
  - Eunice ou Francisco (ADS/CUT)
  - João Correa (Fase/PA)
  - Ary (RJ)
  - João Luís (RJ)
  - Sandra (CE)
- Esses nomes foram pensados em função de suas experiências com organização de conferências. A Comissão deve trazer para a próxima reunião do COIN elementos para definir melhor os encaminhamentos para a conferência.

- Secretaria Executiva convoca a reunião junto com a Senaes.
- A pauta da primeira reunião é a seguinte:
  - Acompanhamento do Conselho
  - Socialização de experiências (p.ex: seg. alimentar, cidades, direitos humanos, mulheres, assistência social)
  - Início da discussão e planejamento estratégico
  - Orientação para reflexão nos estados/regiões
- Data da reunião: ????

#### **D.1.5. Conferências Estaduais**

- Entrará na pauta das reuniões regionais um amadurecimento de como organizar as conferências estaduais. A Comissão Conselho Nacional vai fornecer um documento-base para subsidiar os debates dos encontros regionais.

## **E. Questão indígena em Roraima**

---

- Foi tirada uma carta da Coordenação Nacional manifestando apoio aos índios da área raposa da serra do sol de Roraima.

## **F. GT de produção, comercialização e consumo**

---

### **F.1. Informes FBES**

A Nelsa do RS que faz parte do GT informou que as centrais de comercialização foram priorizadas na discussão do GT, e que num determinado momento as centrais podem até funcionar nos centros públicos. Pensar este GT atacando as três pontas. Discutimos as feiras, para a próxima reunião ficamos de discutir a feira nacional do MDA, na perspectiva do dia nacional da Economia Solidária 15 de dezembro. Falou que não vai mais haver a feira da França. Sobre as cadeias de produção que fortalecerão não só individualmente, informa que houve conversas sobre a experiência do FSM na confecção das sacolas. As Cadeias são para ultrapassar as barreiras. Possibilidade concreta agora de fazer a cadeia do algodão, que vai desde a plantação do algodão até a ponta final com os artesões e confecções. Outra cadeia que está dada é a do mel e das frutas, a da reciclagem, também pensar no artesanato, podendo construir produto, escolher uma matéria prima, e trabalhar em todo Brasil. Não faltam formas de trabalhar. Nada disso é possível se não construímos uma marca. Veio um informe da Senaes sobre a confecção de 50 mil bandeiras para serem distribuídas dia 7 de setembro. As bandeiras vão ser deslocadas para os estados. Aqui tomar uma decisão a respeito de feiras, feira nacional e centrais de comercialização. Sobre as bandeiras nada está fechado e não temos segurança de como vai estar acontecendo, seria oportunidade de mostrar a cara da Economia Solidária no Brasil inteiro, talvez a fonte da matéria prima deva ser única. Sentar no fim do dia e falar sobre o assunto, os estados interessados. Sobre as cadeias estamos preocupados, no primeiro momento não vai dar para envolver todos, conforme conquistamos mercado podemos ir ampliando.

### **F.2. Informes Senaes**

1) No final de agosto deverá ser concluído o mapeamento nacional que será em torno de 20 mil empreendimentos. Já dá para pensar no mercado intra-cooperativo. Pensar a partir do mapeamento como circular, as experiências já existem, foi tirado do GT fortalecer experiências já em curso. Esta questão está dentro da linha de comércio ético e solidário;

2) GT tem também MDA (coautor) para construir a agricultura familiar e a Economia Solidária, comércio ético e solidário.

3) Que o termo de referencia das feiras coloque todo o acumulo que existe em relação às feiras. Termo de referencia é para ajudar, foi produzido pelo GT, na quarta feira colocamos o termo de referencia na rede;

4) Vamos contratar uma empresa para organizar as feiras.

### **F.3. Feira de Santa Maria**

- Os coordenadores da Feira enviarão a ficha de inscrição à Secretaria Executiva do FBES, que vai repassar para os estados;
- Não haverá recursos para bancar a ida de quem se inscrever.

### **F.4. Feira do MDA**

- SENAES deve negociar com o MDA a realização da feira

### **F.5. Bandeiras do Brasil**

Serão produzidas 50.000 bandeiras para serem entregues a todas as escolas públicas do Brasil no dia 7 de setembro. Há a possibilidade de uma boa parte destas bandeiras serem feitas pelo movimento de Economia Solidária.

- Audiência com gabinete da Presidência da República foi marcada para a semana de 25 a 30 de abril
- Empreendimentos dos 27 estados se reuniram e definiram uma estratégia para negociação junto à Presidência, com apoio da secretaria executiva do FBES e da SENAES.

### **F.6. Calendário de Feiras**

- Os estados devem repassar a data de sua feira estadual para a secretaria executiva do FBES até o final de abril
- Estados que já deram indicativo ou definiram data:
  - Ceará – 18 a 20 de novembro
  - Goiás – novembro ou dezembro vai confirmar
  - Minas Gerais – setembro ou outubro, vai confirmar depois
  - Acre – 18 a 24 de dezembro
  - Pernambuco – Pajeú - 01 a 04 de junho, Festival – novembro
  - Distrito Federal – novembro
  - Os demais estados precisam enviar as datas até final de abril

### **F.7. Próxima reunião**

- Será nos dias 6 e 7 de junho.

## ***G. GT de Comunicação***

---

O GT de Comunicação, representado por Lycinia (PACS/RJ) e Madza (CECIP/RJ) apresentou uma proposta de Campanha Nacional de Divulgação da Economia Solidária.

- Foram feitos comentários e sugestões de alteração, principalmente no que diz respeito à veiculação e aos tipos de produtos.
- O GT de Comunicação se reunirá nos dias 10 e 11 de maio para agregar as contribuições e indicações da Coordenação Nacional.
- O GT de Comunicação deve detalhar o orçamento e fazer as negociações dos detalhes junto à SENAES.

- Os empreendimentos devem escolher um segundo nome além da Laudice (SE) para participar do GT.
- Nome de representante de empreendimentos além da Laudice, Antonio Messias (AC).

## **G.1. Campanha Nacional**

- As regiões fizeram suas indicações e têm até o dia 09 de maio para enviar para a secretaria executiva do FBES a sua lista de experiências.
- Para cada experiência, devem ser respondidas as perguntas a respeito delas para viabilizar o trabalho do GT de Comunicação
- A logomarca para a campanha deve ser escolhida através de segundo edital.

## **H. GT Relações Internacionais**

---

### **H.1. Informes**

Ademar – Falou sobre Fórum social das Américas que vai acontecer em janeiro de 2006 em Dakar. O GT está fazendo um mapeamento das entidades internacionais que trabalham com Economia Solidária. Não está marcada a próxima reunião do GT, mas é preciso acontecer devido à feira do Mercosul. Houve os cinco grandes pontos que o FBES assumiu no FSM, um deles é o abastecimento e comercialização, tem avaliações ricas inclusive de estabelecimento de preços. O segundo ponto é a campanha consumo ético e solidário. O terceiro ponto é a moeda social, o quarto ponto foi a rodada de negócios, foi pequena mas houve sugestões para que fosse incorporada às rotinas das feiras. Quinto ponto os debates, houve articulação limitada para a participação dos fóruns estaduais, fechamos a mesa de confluências, cujo relato está disponível.

Luigi – Devemos criar uma relação maior com a América Latina. A questão da Amazônia e da água são bandeiras que tiramos como fundamental para o GT RI.

Marcos Arruda – Na avaliação do FSM foi detectado comportamento anti ético de assessorias no FSM como cobrança de comissões para fazer a ponte de acesso com governo e provedores municipais. Isto é grave e encaminhamos um método para verificar, pedimos ao Fórum que visse a carta da Nelsa e Jose Inácio e esperávamos que aqui houvesse uma prestação de contas deste processo. Precisa criar um código de ética para servir de guias para participantes do FSM. Criar uma comissão para elaborar um código de ético, isto é grave porque compromete toda a Economia Solidária.

Para o Fórum Social da Américas em Caracas na Venezuela propomos os temas Amazônia, água e agro floresta e auto gestão(transversal), para um país ser auto gestor de seus recursos estamos falando de soberania, se vocês aprovam vamos propor para o Fórum.

### **H.2. Encaminhamentos**

- O GT deve escolher um membro para participar da reunião de 11 de maio sobre a feira de Santa Maria.
- Deve reestruturar sua composição (recompôr e modificar)

#### **H.2.1. Comissão de Ética**

- Foi criada uma comissão permanente de ética, mas com membros em rodízio
- Foram indicados os seguintes nomes para tratar especificamente da questão da Guay/RS:
  - Eunice
  - Marcos Arruda
- A comissão de ética deve se basear em princípios da Economia Solidária e em outros códigos de ética e de princípios existentes nos movimentos;
- O regimento interno do FBES será importante: deve incorporar essa comissão em sua estrutura

# I. GT Mapeamento

---

## I.1. Informes

João Correa coloca que houve o seminário do mapeamento e que no dia 31 de março em Brasília houve uma plenária grande com representantes das EGE's Estaduais. O GT realizou cinco reuniões e mais uma agora durante o seminário. Teve pontos altos no encontro e foi nivelado o trabalho do GT. Existem alguns estados com problemas, muitas EGE's não tinham o domínio da proposta do mapeamento. Foi forte o debate com a Fundação Banco do Brasil, tem estados que o processo está parado por falta de chegar o recurso. A promessa do seminário era agilizar até abril o máximo possível e a Senaes liberar os projetos de mapeamento. O GT fez um balanço da situação nos estados. Proposta de construir um Atlas, seria uma apresentação do trabalho do mapeamento, apresentar alguns capítulos, a metodologia, a riqueza do que tem sido o processo nos estados, que é utilizado como articulação e organização dos fóruns estaduais. Propostas a serem colocadas no Atlas está no boletim, é também um momento de visibilidade da Economia Solidária. Este debate do Atlas tem que acontecer aqui no FBES. O que pode ser feito via IBGE? O custo de uma pesquisa nacional modelo IBGE é caro, cada pergunta acrescentada implica aumento de 200 mil reais. É um dialogo difícil de fazer precisa de regulamentação. A diversidade de riqueza da Economia Solidária complica esta pesquisa. Temos que fazer uma estratificação e tipificar, o GT ainda não enveredou por ai, precisa de debate com o GT que esteja trabalhando a legislação, precisa ser transformado em uma linguagem técnica e convencer o IBGE.

Roberto Marinho – apresentou balanço do mapeamento nos estados e informa que a Univag desistiu.

**Entidades executoras:** governo (1), fundações e universidades (11), ong/EAF (15), DRT (1), não definidos (2), EES (4). Prazo de execução até out/nov. Pessoal envolvido 651, estimativa 800.

Falta dois estados definirem para ter o quadro. Prazo de execução real, visto que somente quatro convênios estão em execução, previsão é para outubro ou novembro 2005. o processo está lento, perspectiva é que 800 pessoas estejam envolvidas nos processos de capacitação que dura em media dois dias. Será valorizado o processo de formação que vai acontecer em maio. Temos a seguinte situação: informações de 29 mil empreendimentos que podem ser Economia Solidária, destes já tem 8 mil empreendimentos confirmados e pouco mais de 20 mil a confirmar. A expectativa é de que cheguemos a 20 mil empreendimentos mapeados. Não temos condição de fazer m censo, estamos fazendo um mapeamento dentro do possível, não é um censo, incentivamos cada estado ter o seu sistema estadual de mapeamento. Temos 850 entidades de apoio e fomento confirmadas pelas EGES mais mil entidades de apoio e fomento excluindo governamentais a serem confirmadas pela EGE. Expectativa de ter 1500 entidades de assessoria e fomento no nosso sistema. Para 2005 está disponível no orçamento da Senaes um milhão e seiscentos mil reais. Trezentos mil reais para seminário já realizado, reuniões do GT, para o Atlas alem das consultorias da equipe técnica. Ao final do processo 2 milhões e 740 mil reais neste processo. Mapeamento tem sido um recurso de animação e organização da Economia Solidária. Cortamos recursos para implantação dos sistemas estaduais, para criar a base tecnológica, produção de catálogos e sites. O termo de referencia do mapeamento esta no site do sistema: [www.sies.mte.gov.br](http://www.sies.mte.gov.br)

**Encaminhamento:** O GT de Mapeamento deve socializar a proposta do Atlas com a comissão de Formação e GT de Comunicação.

---

# J. Marco Jurídico

---

## J.1. Informes

Eunice participou de uma reunião, representando o FBES, onde foi discutido um projeto de lei sobre regulamentação das cooperativas de trabalho. Ela relata : "Eu não sabia o tema e não tinha recebido material algum. A OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) já tinha estudado e escrito um parecer jurídico sobre o ante projeto. A OCB queria que o FBES concordasse em se agregar a uma ação que eles estão fazendo de retirada do TAC. O Paul Singer disse que não dava para fecharmos isso ali, e eu

concordei enquanto FBES. Precisamos discutir este ante-projeto aqui no FBES, ele diz que as cooperativas de serviço e trabalho ficariam obrigadas a fazer políticas de trabalho convencionais (férias, décimo terceiro, abono, piso salarial). Isto é o corpo do projeto, e depois vêm as condições de funcionamento das cooperativas: têm que ter reuniões de 90 em 90 dias, prestação de contas, etc. Colocamos que esta lei terá um impacto muito violento nos empreendimentos mais frágeis. Ou seja, só daria para as grandes cooperativas ou as que já estão consolidadas. Nos posicionamos contra o artigo sétimo, e o debate foi postergado para um próximo encontro. A ação de revogação que a OCB lançou está encaminhada. Pessoalmente, me senti num campo de batalha de senhores feudais: entidades que quando falam de cooperativas de trabalho, pensam nas enormes cooperativas que nós já conhecemos, e que querem poder ser contratadas por governos, por isso são a favor deste projeto de lei. Precisamos definir uma posição do FBES quanto a isso. Nós saímos perdendo porque hoje é o Ministério de Agricultura que está conduzindo o processo e não a SENAES! Acho que é um debate importante, pois a lei tem impacto direto nos empreendimentos, e impacto político, pois perdemos e o Ministério da Agricultura está conduzindo o processo.

**Fábio:** O Leonardo Coelho, do FCP/RJ está fazendo um grande trabalho de sistematização da questão do Marco Jurídico relacionado com o trabalho, importante reunir quando este trabalho tiver sido concluído. Sobre o TAC existente, que a OCB quer revogar, chegamos a um ponto a um ano e meio, de possibilidade de diálogo entre campos que eram antagônicos: FBES, OCB, Ministério do Trabalho, etc. Tudo em torno da questão das Cooperativas de Trabalho. Aí veio a idéia de se criar uma lei para regulamentar a questão das cooperativas. Na questão política há um conflito dado neste diálogo. Havia um GT-I que tinha sido criado por demanda da OCB para aprovar projetos de lei de seus interesses. Mas houve uma reação, que envolve várias entidades e do próprio FBES (via COFES) que parou esta iniciativa. Então foi criado um novo GT-I, sob o Ministério da Agricultura, para discutir o cooperativismo em geral. Eu não acho que isso foi uma perda política, pois pode escapar desta coisa das cooperativas serem obrigadas a se filiar à OCB. Foi proposto um debate entre Ministério da Agricultura, SENAES, OCB, e nós decidimos chamar também o FBES, para se articular a esse debate. O que for definido pelo GT-I só será aprovado via consulta pública com a sociedade civil. Aí é fundamental o FBES, nas bases, se envolver com o debate e conseguir participar e evitar a precarização através das falsas cooperativas e ao mesmo tempo fortalecer as verdadeiras cooperativas (não prejudicá-las).

**Luigi:** Informa que o FBES não participou do debate sobre a Lei de Falências, que já passou, da Legislação Trabalhista, que vai ser mexida.

**Lenivaldo:** Propõe a estratégia de chamar entidades que possam ser aliadas no debate: CUT, CONCRAB, CONTAG e divulgação máxima desse processo para conseguirmos tentar revertê-lo.

## J.2. Encaminhamentos

- O GT deve se reunir o mais rápido possível. Para isso, deve apoiar o trabalho do Leonardo Coelho para que termine a página de sistematização de legislação;
- Um seminário de formação para a ação, interna ao FBES (claro que com o convite de outros atores que contribuam com o debate). Elaborar um projeto chamando este encontro. O projeto será elaborado pelo GT de Marco Jurídico com encaminhamento da secretaria executiva para pedir financiamento (o primeiro canal de financiamento será pedido para Ministério do Trabalho);
- Dos representantes de empreendimentos sai Santiago (CE) e entra Nicolau (MT);

## J.3. Ante-projeto de lei de regulamentação das cooperativas de trabalho

- O FBES vai organizar um seminário de formação para a ação, interna ao FBES (claro que com o convite de outros atores que contribuam com o debate), com o objetivo de esclarecer a situação do processo e definir posição do FBES, além de preparar os estados para mobilização.
- O GT vai elaborar um projeto para financiar este seminário, com acompanhamento da secretaria executiva.
- O primeiro canal de financiamento que será tentado é o Ministério do Trabalho.

## *K. Centro de documentação*

---

### **K.1. Informes**

Marcos Arruda: O PACS já trabalha há 1 ano e meio com um projeto de Centro de Documentação. Pedíamos financiamento de várias entidades (Caixa Econômica Federal, Senaes, etc.). Houve interesse da SENAES que já tinha pensado em criar um Centro Nacional de Documentação. E veio a idéia do PACS ser a entidade executora deste Centro, que ficaria disponível ao Brasil inteiro. E a gestão seria múltipla entre PACS e FBES. O acervo ficaria legalmente como sendo parte do PACS, pois aí fica garantido o material dentro do movimento e não retorna ao governo se tiver modificação de governo. Pois aí, se mudar governo, o material fica com o PACS mesmo ao fim do convênio, que então vai decidir junto ao FBES o que fazer.

### **K.2. Encaminhamento**

- Um documento com informações do projeto será enviado pela Senaes à Secretaria Executiva do FBES, que enviará para os estados via e\_solidaria.

## *L. Comissão de formação*

---

- Vão se encontrar ainda.

## *M. Políticas Públicas*

---

### **M.1. Informes Senaes**

Duas políticas diferenciadas: comércio ético e solidário (centrais de comercialização) e outras políticas para Economia Solidária (Centros Públicos), orientação do GT é que o importante é ocupar os espaços. Uma nova proposta do termo de referencia foi trabalhada na reunião do GT.

### **M.2. Encaminhamentos**

- Os estados devem enviar até 18 de maio à secretaria executiva do FBES novas contribuições sobre o Termo de Referência para os Centros Públicos.
- O GT de Políticas Públicas se reunirá 18-19 de maio e vai fechar o Termo de Referência com base nas contribuições recebidas.

## *N. Regimento Interno*

---

- Os estados devem debater a proposta de regimento interno do FBES e trazer suas contribuições na próxima reunião do COIN (agosto de 2005)
- Na próxima reunião do COIN será fechado o regimento interno do FBES

## *O. Representação do Tocantins*

---

- A secretaria executiva enviará até meados de maio carta ao estado do Tocantins, em nome da Coordenação Nacional do FBES, sugerindo substituição do representante de empreendimentos Ivon Wilson da Silva.

## ***P. Representação do RJ***

---

- João Luís foi incorporado à Coordenação Nacional do FBES como representante dos movimentos sociais do estado do RJ.

## ***Q. Fórum Social Mundial 2005***

---

- O GT-RI deve fazer uma consolidação da avaliação do FSM2005, agregando as contribuições dos estados entregues na IV reunião. Finalizar uma avaliação do FBES sobre o FSM2005.

## ***R. Orçamento do FBES***

---

Os participantes da reunião se dividiram em cinco grupos por região do Brasil, para discutir orçamento, GT's e Encontros Regionais. Relacionamos abaixo os principais pontos discutidos:

### **R.1. Orçamento do FBES**

- A secretaria executiva e a comissão de acompanhamento produzirão um Projeto Nacional de Consolidação do FBES (incluindo as necessidades dos estados)
- O FBES (através da comissão de acompanhamento e sec. exec.) pedirá à SENAES o orçamento da mesma detalhado para então divulgar aos estados, de modo o movimento possa conhecer a aplicação dos recursos da SENAES.
- Os estados devem entregar à secretaria executiva do FBES um Plano Estadual de Consolidação de seu Fórum Estadual **até 30 de maio**.
- O Plano estadual deve ser demanda do movimento, ou seja, ser referendada pelo Fórum Estadual para ter legitimidade
- Os estados que não entregarem seu plano estadual não estarão incluídos no projeto
- A comissão de acompanhamento, ampliada com mais 2 pessoas (de preferência dos GTs RI e de Finanças), vai fazer o processo de negociação junto a potenciais financiadores nacionais e internacionais
- A SENAES ajudará a negociar outras fontes de financiamento para o Projeto Nacional.
- Os estados e municípios também ajudarão neste "mutirão" procurando entidades regionais, estaduais ou municipais que possam contribuir com o financiamento do Projeto Nacional

### **R.2. Gestão dos recursos**

- A gestão dos recursos do FBES deve ser feita pelo FBES;
- A entidade indicada para assumir os recursos, a princípio, é a Cáritas ou a ADS/CUT (ambas as entidades precisam conversar a respeito disso)
- O projeto nacional de consolidação do FBES deve contemplar os custos administrativos de gestão.

### **R.3. Entidade contratante da Secretaria Executiva do FBES**

- Fica indicado que a ADS continue sendo a entidade contratante do projeto de sustentação da secretaria executiva depois do término do presente contrato em agosto.
- Para isso, o FBES deve escrever uma carta para a ADS salientando a importância desta ação da ADS para movimento de ES e a manifestação de interesse em que esta entidade continue sendo a contratante do futuro contrato.

## R.4. Encontros Regionais

Os grupos não apresentaram propostas para os encontros Regionais, exceto a Região Sudeste que apresentou os seguintes pontos:

- A inclusão dos movimentos sociais nos encontros regionais, garantir recursos;
- Nos encontros haja feiras e mostras;
- Sugeriu uma comissão por região para fazer um orçamento, avaliar a necessidade de ser realizado, se o estado deliberar a realização, pensar o processo em que vai se dar, senão não terá a penetração que precisa, se o encontro não acontecer reverter o recurso para os encontros estaduais.

### R.4.1. *Datas prováveis dos Encontros Regionais:*

Norte: novembro

Sudeste: julho

Nordeste: vai decidir indicativo para junho

Sul – 30 e 31 de julho em SC

Centro oeste – 29 de maio (noite) e 30 de junho e 1 de julho – em Campo Grande – MS

## S. GT's

---

- Assessorias: 1 a 3 por GT: elas devem se decidir GT a GT por e-mail;
- Para a próxima reunião dos GT's serão todos convocados (exceto as assessorias que já terão definido a sua participação). Nesta reunião os empreendimentos definirão os seus representantes, garantindo o critério do acúmulo das pessoas indicadas, e tentando também contemplar segmentos e regiões.
- Uma exceção é o GT de Produção, Comercialização e Consumo, que dentre os empreendimentos não tinha ninguém do norte. Foi indicada e aclamada a Joana, do Pará.
- Tentar garantir que os GT's tenham no máximo 10 representantes do FBES (assessoria, empreendimentos e gestores);
- Além destes representantes do FBES, os GT's devem ter representantes da SENAES, de outros ministérios e outros convidados com mérito e conhecimento no assunto que o próprio GT poderá indicar quando necessário.
- Indicativo para que os relatores dos Gt's participem das câmaras setoriais do Conselho Nacional
- FBES quer continuar com seus GT's próprios quando for criado o Conselho Nacional

## T. Finanças Solidárias

---

### T.1. Informes

**Ademar** informa que o trabalho em busca dos fundos exigiu muitas reuniões e negociações, não se trata apenas de favorecer as organizações que trabalham com fundos, mas a negociação permitiu que no conselho gestor de negociação de projetos, houvesse quatro grandes articulações: FBES, Fórum de Segurança Alimentar, ASA e Mutirão da Fome. Brevemente deverá sair um edital dirigido às experiências e organizações, que trabalham com fundo solidário e rotativo. As entidades devem fazer um levantamento das organizações e o edital será dirigido a estas organizações. Cada fórum deverá optar por uma representação, com representantes que simbolizem a sua totalidade e que tenham acúmulos. O conselho vai analisar as propostas que chegam no sentido da viabilidade destas experiências, percebendo as diversidades, com pessoas habilitadas para fazer o discernimento das diversas experiências. Discutir a indicação da representação do FBES. O segundo avanço foi que na medida que a Senaes, o Ministério do

Desenvolvimento Social e a Caixa Econômica Federal perceberam que tem um recurso parado, que é um fundo de assistência social de 370 milhões, que pode ser trabalhado para financiar o combate à fome, na linha das ações estruturantes de Economia Solidária, isto permitiu incluir em algumas oficinas cerca de 40 organizações, 58% são do nosso campo e trabalham com fundo solidário, micro-credito, moedas sociais. Foram oficinas ricas que começaram a colocar para as áreas do MDS e CEF a possibilidade de na próxima fase abrir uma oficina maior para avançar. São quatro do nosso campo: Micro-credito, captação de crédito, Fundos solidários – produtivo para ações de atividade produtiva e Fundos solidários Sociais – financiamento para ação de combate a fome, não necessariamente retornáveis. Estes campos foram algo de estudos do GT de finanças solidárias. A experiência do nordeste dos fundos rotativos mostra como o fundo rotativo empodera a comunidade para que seja gestora da autonomia dos recursos. Discutir mais do que estas iniciativas é nos colocar no caminho estratégico do fundo nacional, estas ações estão pensadas para ir para fora da lógica do sistema financeiro, mas também para dentro de garantir mais espaço. Construir um fundo nacional oriundo de diversos programas. Os 370 milhões quando apareceu e foi para a Casa Civil começou a aparecer outros interesses, falamos que se não houvesse como garantir, o Consea poderia estar debatendo, onde a maioria da sociedade civil está posta, talvez temos que nos preparar para os embates que se fizerem necessário.

**Haroldo da Senaes** - Pela primeira vez no país tem um recurso permanente (1 bilhão e trezentos) para população de baixa renda. Micro-credito esta servindo para tudo. Dia 25 de abril vai ser inaugurado o programa de micro-credito produtivo orientado, que tem a figura do agente de credito. O micro-credito como instrumento de combate à pobreza é internacional, este é o ano do micro-credito. Também neste dia vai ser instalado o comitê que vai estimular ações de micro-credito para população de baixa renda. Por trás da política de micro credito há um conjunto de medidas específicas. Na Senaes dialogamos com esta perspectiva e tentamos implantar a nossa plataforma. Ações concretas: parceria BNB, Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (nordeste, parte de MG e ES), é limitante atuar nesta região. Intermediação para chegar nos empreendimentos, comitê colegiado para analisar e aprovar as organizações que trabalham com Economia Solidária para pegar o financiamento, recurso até 150 mil. Concretamente vai iniciar com 1 milhão de reais para financiar projetos de entidades que trabalham com finanças solidárias com recurso oriundo do BNB, fundo de desenvolvimento regional. O Comitê foi tirado e elaborou um cronograma, os fóruns tem até dia 3 de maio para trazer a lista de entidades que estes fóruns indicam para entrar neste projeto. Pela Cáritas (Ademar), ASA (Patac, Valdir), Fórum de Segurança Alimentar ( Cese), pelo FBES Cáritas (Ademar, Mutirão Contra a Fome o padre Marinho do mutirão), pela Senaes (Haroldo). O comitê vai reunir para fazer um cruzamento, depois da reunião o BNB manda uma carta consulta para cada entidade que deverá ter informado o nome da entidade completo, representante e endereço, que vai ser chamado para apresentar a proposta a fim de que seja analisada na reunião do Comitê. As entidades indicadas tem até entre 9 de maio e 9 de junho para enviar a proposta para habilitação do recurso. Nos dias 20 e 21 de junho haverá reunião do colegiado para aprovar as entidades que estarão habilitadas, a seleção não é de exclusão, mas para entrar nesta fase, quando entrar novos recursos já estará garantido para ser habilitada no novo montante. Empreendimentos do nordeste e norte de Minas e parte do Espírito Santo devem indicar os nomes das entidades, no final de junho e inicio de julho deve haver repasse do recurso.

Esclarecimentos sobre o fundo de 370 milhões: era um fundo de 1976 cuja fonte alimentadora é a CEF, na revisão da nova constituição foi deslocado para o INSS, a sua dinâmica foi cortada, ficou parado. Era uma fonte que alimentava um conjunto de ministérios e a partir da constituição ficou em um único ministério. Uma parte dele é crédito e outra é fundo perdido. A Consultoria jurídica feita pelo MDS e CEF constatou que o fundo existe, o que não existe é o conselho, quem delibera é o presidente da republica. Como funcionava diferente do programa de micro-credito produtivo orientado, vai se tornar lei por uma medida provisória. Houve todo um percurso de quase um ano. Os ministérios que antes enviavam propostas podem continuar fazendo, não precisam fazer programa novo, os ministérios podem entregar plano de trabalho de destinação dos recursos. O presidente pode sancionar que o recurso pode ser habilitado para determinado plano de trabalho. Existem três nós:

- Primeiro nó: o dinheiro pode estar no superávit primário gerando disputa. Quem dialoga é o Ministério do Trabalho por intermédio da Senaes e o MDS por outra secretaria, com contribuição do GT de finanças solidárias. A proposta é um plano de ação que internamente deve seguir seu curso. O programa envolve o olhar da sociedade (micro-credito, cooperativas

de crédito, fundos solidários e o governo) há mais de sete meses sendo elaborado. Boa parte da plataforma da Economia Solidária está embutida neste programa, a visão da Economia solidária que dialoga com segurança alimentar. No aspecto operativo do programa avançamos na idéia de desenho operacional: conselho interministerial (Ministério do Trabalho e Ministério do Desenvolvimento social - MDS), o Comitê Gestor do programa tem embaixo uma secretaria operativa que é o primeiro problema operacional, para o MDS não está claro onde ficaria, porque tem bolsa família, segurança alimentar, que não estão envolvidos na discussão. Internamente o MDS tem que resolver, ou vai para o gabinete ou para a secretaria executiva do próprio ministério. A Senaes estaria envolvida nesta estrutura operacional, onde vai analisar projetos, vai envolver a contratação de consultorias. A CEF não entra na colegiada, mas é a gestora financeira do programa podendo haver disputas de outros bancos públicos.

- Segundo nó: até agora o Ministério do Trabalho e o MDS estão tocando, mas não é exclusividade, outros ministérios podem solicitar recurso e há uma vontade de envolvê-los, não está dado que o recurso seja todo do MDS e Ministério do Trabalho.
- Terceiro nó: não está tendo evidente para os ministros o peso dos movimentos neste programa. É preciso legitimar uma proposta do movimento, estão distantes tanto Consea quanto FBES. Pode ser o divisor que garanta que o recurso vá para as iniciativas estruturantes na perspectiva da Economia Solidária. Como organizar para mostrar influencia? Neste processo o Paul Singer é figura central, destaque desta ação. O MDS tem sinalizado que a Economia Solidária é expressão, está havendo uma ação conjugada entre secretaria executiva do MDS e Senaes. Até dia 15 de maio deverá haver uma reunião com o Ministro Patrus, importante envolver nesta reunião o GT de Finanças Solidárias e uma representação do FBES. É necessário FBES dialogar direto com MDS sem necessariamente uma intermediação da Senaes. Este encaminhamento não foi dado institucionalmente. Estes nós podem garantir o sucesso desta estratégia ou não. A Senaes quer que este programa tenha a cara da Economia Solidária, mas está mais na linha do desenvolvimento solidário.

Lembrete importante do Haroldo para a audiência: programa não é do MDS, é FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, para um conjunto de ministérios, estamos muito dentro disso.

## **T.2. Encaminhamentos:**

### ***T.2.1. O Programa de Apoio a Projetos Produtivos (BNB/SENAES)***

- O Programa de Apoio a Projetos Produtivos, constituído com recursos da SENAES e do BNB, no montante inicial de R\$ 1 milhão para o ano de 2005, terá um Comitê Executivo constituído por 4 redes/fóruns (ASA, Seg. Alimentar, FBES e Mutirão de Combate à Fome)
- Até o dia 02 de maio todos os Estados devem enviar para a Secretaria Executiva do FBES o nome das entidades, com endereço, telefone, e-mail e pessoa responsável, que trabalham com fundos rotativos ou outros, que poderão ser habilitadas para o Programa;
- O FBES entregará, no dia 03 de maio, uma lista de entidades de finanças solidárias indicadas pelos FEES para o Comitê deste Programa.
- O FBES indicou que o representante do FBES neste comitê continua sendo o Ademar Bertucci.

### ***T.2.2. Os 370 milhões***

- Fica indicada uma pessoa sugerida pelo FEES MG para participar da audiência com o Ministro Patrus sobre os 370 milhões, para defender o desejo de se conseguir recursos para finanças solidárias.
- É preciso nos mobilizarmos para sensibilizar os atores ligados ao debate sobre este fundo, da importância dele para a Economia Solidária.
- Deve ocorrer o mais rápido possível uma nova reunião do GT de Finanças Solidárias para encaminhar a nossa luta por estes recursos.
- O GT de Finanças Solidárias deve criar condições o mais rápido possível aos estados para que possam se orientar na sua mobilização nos estados em prol destes recursos para a Economia Solidária.